



Uma leitura crítica do ensino de conteúdos básicos da sintaxe no livro didático *Tecendo Linguagens*

*A critical reading of the teaching of basic syntax content in the textbook *Tecendo Linguagens**

Andreia de Fatima Rutiquewiski ¹
Lucas Granado Busato ²

Resumo

O trabalho em questão analisa o ensino de gramática – mais especificamente da sintaxe – investigando suas fragilidades e contradições no contexto da educação básica. Faz-se uma leitura crítica de seções do livro didático intitulado *Tecendo Linguagens*, das autoras Tânia Oliveira e Lucy Araújo, aprovado e distribuído pelo edital do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2020. Para isso, inicialmente, é traçado um panorama sobre os principais tipos de gramática existentes e como elas reverberam na educação básica (Possenti, 1996). Em seguida, a partir de Antunes (2006), Bagno (2002), Duarte (2021), Malfacini (2015), Pilati *et. al.* (2019) e Mendonça (2020), são apresentados os principais problemas que ainda persistem no ensino de sintaxe nas escolas públicas. Essa discussão teórica embasa critérios para a análise do livro didático, cujos resultados evidenciam inconsistências e fragilidades nos conteúdos e atividades de sintaxe colocados na obra. Em suma, observa-se a urgência em reorganizar as práticas pedagógicas de ensino de sintaxe, fugindo do ensino normativo de padrão metalinguístico.

Palavras-chave: Ensino de gramática. Sintaxe. Educação básica. Livro didático.

Abstract

*This research critically examines the teaching of grammar — more specifically, syntax — by investigating its weakness and contradictions within the context of Brazilian elementary education. To this end, was selected sections of the textbook *Tecendo Linguagens*, authored by Tânia Oliveira and Lucy Araújo and approved by the 2020 call of the National Textbook Program (PNLD). The study begins by outlining the main typologies of grammar and their influence on basic education, drawing on the theoretical framework of Possenti (1996). Subsequently, based on the contributions of Antunes (2006), Bagno (2002), Duarte (2021), Malfacini (2015), Mendonça (2020), and Pilati et al. (2019), the research explores the persistent challenges and limitations that continue to hinder effective syntax instruction in public schools. This theoretical foundation informs the criteria adopted for the textbook analysis, this findings of which reveal significant gaps and inconsistencies in the presentation and pedagogical treatment of syntactic content. Ultimately, the research underscores the urgent need to rethink and restructure pedagogical approaches to the teaching of syntax, advocating a move away from rigid prescriptive models toward more reflective and functional methodologies.*

Keywords: Grammar teaching. Syntax. Elementary school. Textbook.

¹ Doutora em Letras (estudos linguísticos) pela UFPR e Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: andreiaruti@utfpr.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4840-830X>

² Mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGEL-UTFPR) e professor de Língua Portuguesa no Estado do Paraná (SEED-PR). E-mail: lucasgranadobusato@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9137-9922>

1. Considerações iniciais

Este artigo apresenta uma reflexão crítica sobre a tradição normativa no ensino de gramática no Brasil, mais especificamente, no caso da sintaxe nas aulas de Língua Portuguesa (LP) para a educação básica. Para tanto, analisa-se o livro didático *Tecendo Linguagens* de Oliveira e Araújo (2018) do sétimo ano do Ensino Fundamental, recomendado para uso na Rede Pública entre os anos 2021-2023. Esse interesse se deu porque, dentro da abordagem normativa de gramática, verifica-se um grande destaque voltado para as questões da sintaxe do português, as quais ocupam grande parte dos manuais e livros didáticos e, dessa forma, do ensino de gramática na escola.

Para esse percurso, o trabalho inicia com uma breve análise dos diferentes tipos de gramática e suas abordagens das regras da língua, destacando como a predominância da gramática normativa tradicional marca o ensino de português na educação básica, limitando práticas mais interativas. Em um segundo momento, a investigação se volta para o livro didático em questão *Tecendo Linguagens* (Oliveira; Araújo, 2018), examinando como conceitos sintáticos fundamentais, como sujeito e predicado, são apresentados, evidenciando as incoerências teóricas, os contraexemplos e a falta de coesão na organização dos conteúdos.

2. Delimitando concepções de gramática

Para falar de sintaxe, é preciso discutir, primeiramente, a noção de gramática, termo complexo, que remete a diferentes concepções. Segundo Possenti (1996), a palavra gramática significa “conjunto de regras” e pode ser utilizado como um bom termo guarda-chuva. Vale destacar, no entanto, que para compreender um compilado de normas a respeito da língua é preciso verificar de que forma as abordagens da gramática se colocam. Segundo o autor, existem três maneiras de compreendê-las: “1) conjunto de regras que devem ser seguidas; 2) conjunto de regras que são



seguidas; 3) conjunto de regras que o falante da língua domina” (Possenti, 1996, p. 64).

Cada uma das concepções acima merece uma delimitação. Na ordem oposta à numeração acima, a definição 03 ("conjunto de regras que o falante domina"), relaciona-se à noção de gramática internalizada. Segundo Possenti (1996), esse tipo de gramática se refere às hipóteses sobre os conhecimentos do falante a respeito da língua, habilitando-o a construir sentenças ou sequências de palavras possíveis (gramaticais) e que façam sentido dentro da sua língua. Esse fenômeno, conforme Possenti (1996), ajuda a esclarecer a gramática internalizada de cada falante, pois é ela que o capacita para dominar as regras de uso da sua língua materna.

A definição em 02 ("conjunto de regras que são seguidas") refere-se à gramática descritiva, que para Possenti (1996), é a abordagem que orienta o trabalho e as pesquisas dos linguistas. De acordo com Bezerra e Reinaldo (2013), a gramática descritiva deriva de fundamentos de determinada corrente de estudo sobre a linguagem, como o comparativismo, o estruturalismo, o gerativismo, e assim por diante. Essa visão analisa a língua como objeto de estudo científico e a descreve por meio de uma linguagem especializada. A preocupação central desse tipo de gramática é descrever e/ou explicar a forma como determinada língua é, de fato, falada pelos usuários, explicitando as regras que subjazem às estruturas linguísticas.

A gramática presente na noção em 01 é a que ainda persiste na educação básica e, por isso, terá um maior desdobramento a partir daqui. Ela é a chamada gramática normativa prescritiva do português. De acordo com Possenti (1996), essa gramática revela em seu nome o propósito ao qual serve: o de prescrever normas a serem seguidas. Essa visão, portanto, dita o que é certo na língua e, por conseguinte, condena usos que diferem dos modelos considerados padrões.

Possenti (1996) ainda indica a existência de uma grande diferença entre as regras que são seguidas e as que devem ser seguidas, sendo a contribuição da primeira a exposição dos costumes de fala do interlocutor no momento em que são observados e a segunda se reservando a indicar normas e regras que devem ser dominadas quando praticada a norma padrão da língua. Logo, a gramática descritiva,



segundo o linguista, não se dá ao trabalho de invalidar uma construção do falante puramente por infringir uma norma gramatical, podendo assim captar todas as formas de expressão para falar determinada coisa dentro de uma língua e distanciando-se muito da rigidez das regras que devem ser seguidas como lei dentro da língua.

Verifica-se, no entanto, que a concepção com base no certo versus errado da língua impera nas gramáticas de cunho tradicional e também em livros didáticos destinados à educação básica brasileira. Apesar das muitas críticas existentes à gramática normativa e as inúmeras indicações de mudar o foco do ensino nas escolas brasileiras, os materiais didáticos ainda insistem num ensino amorfo de língua, priorizando metalinguagens e definições de fatos gramaticais, fato que se destaca, sobretudo, na área da sintaxe.

Assim, o problema que se coloca não é sobre se ensinar ou não gramática em sala de aula, mas sim de qual (ou quais) concepção(ões) de gramática que o docente pode partir (Rutikewski; Souza, 2017). Fato já plenamente aceito é que a gramática tradicional, por diferentes problemas, não é suficiente nem eficiente para dar conta do ensino de português. É sobre isso que a seção seguinte trata.

2.1 A gramática normativa na escola: tradição e prescrição

E por que a gramática normativa ainda impera no ensino? Para chegar a uma resposta, vale a pena uma breve retomada a respeito do ensino de língua no país. De acordo com Duarte (2021), o ensino de língua portuguesa no Brasil no século XIX se dava da seguinte forma:

A formação inicial (primeiro e segundo ano) oferecida pelas escolas secundárias da época costumava contemplar o ensino da gramática expositiva ou normativa da língua portuguesa, e o último ano escolar (terceiro ano) era reservado para o estudo da gramática histórica. (Duarte, 2021, p. 576).

Até meados do século seguinte, o currículo de Língua Portuguesa nacional vivia sob forte influência dos estudos de Pacheco da Silva e Lameira Andrade, mobilizados



no livro *Noções da Grammatica Portuguesa* (1887). Já sob essa influência, segundo a autora, o ensino de Língua Portuguesa (LP) começou a se distanciar do ideal antiquado de aprender através das línguas latinas clássicas, pois suas lições de gramática histórica na área da LP estavam de acordo com o clima patriota da época.

Foi a partir dos estudos de Saussure e Bloomfield que surgiu uma nova geração de linguistas, responsável por progredir os estudos da área até a atualidade, possibilitando também uma nova compreensão de língua e ensino. Segundo Fiorin (2006, apud Duarte, 2021), o *Curso de Linguística Moderna de Saussure* possibilitou que o foco dos estudos linguísticos mudasse. A preocupação da academia anterior aos estudos saussurianos era voltada para a filosofia e filologia, ou seja, pesquisas pautadas em documentos antigos da língua, suas interpretações e transmissão desses documentos, posteriormente adotando um método mais descritivo e científico.

Seguindo esse movimento de atualização e reformulação do ensino de gramática nas escolas a partir de outras vertentes linguísticas, a obra organizada por Geraldi (1984) propôs uma mudança do ensino do português que impactou significativamente a prática docente na área da LP, no âmbito de leitura e escrita a partir do final dos anos 90. No final dessa década, ocorreu uma onda de reformas educacionais impactadas pelas novas percepções acerca da linguagem e pelo avanço nos estudos linguísticos. Isso foi difundido na educação brasileira a partir da implantação e criação dos PCNs - *Parâmetros Educacionais Curriculares Nacionais* (Brasil, 1997, 1998), sendo a primeira versão para o Ensino Fundamental lançada em 1997, e a segunda versão, de 1998, para dar conta do Ensino Médio.

É, sobretudo, a partir dos PCNs (Brasil, 1997, 1998), que a gramática passa a ser enfatizada por uma ótica diferenciada dentro das escolas brasileiras:

Em se tratando do ensino de língua, à diferença das situações de interlocução naturais, faz-se necessário o planejamento de situações didáticas que possibilitem a reflexão sobre os recursos expressivos utilizados pelo produtor/autor do texto — quer esses recursos se refiram a aspectos gramaticais, quer a aspectos envolvidos na estruturação dos discursos —, sem que a preocupação seja a categorização, a classificação ou o levantamento de regularidades sobre essas questões. (Brasil, 1997, p. 30)



Observando essas mudanças no ensino de gramática propostas, evidencia-se que o programa buscava diminuir a valorização da gramática normativa e tradicional nas escolas, aderindo à tendência de usos reais da língua, também abraçando as outras normas não padrão da língua portuguesa brasileira. É dessa forma que o termo “ensino de gramática” deu lugar para o termo “análise linguística” proposto por Geraldini (1984). A análise linguística passa então a priorizar a reflexão sobre a língua, e foge da lógica ultrapassada de identificação e classificação dos fenômenos da língua (que se encaixa na concepção de gramática prescritiva de Possenti (1996)).

A partir do certame social em relação à educação no Brasil do século anterior, 20 anos após a primeira publicação dos PCNs, em 2017, foi aprovada a primeira versão da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), que surgiu como proposta de contribuir com os ideais dos PCNs e trazer novos objetivos e, sobretudo, objetos para o ensino de língua materna numa visão mais diretiva e organizacional. A BNCC trouxe uma proposta de apresentação dos conteúdos e habilidades básicas a serem tratadas em cada etapa do ensino. Proposta elogiada por uns, rejeitada por outros. Rutiquevski et. al. (2020), por exemplo, faz um estudo mostrando as permanências e os avanços que a BNCC traz para o ensino de gramática (análise linguística) do português.

Entretanto, mesmo com essas tantas mudanças, Antunes (2006) antecipa esse debate com algumas questões que permanecem atuais a respeito da persistência do ensino normativo, expondo as contradições existentes nessa prática pedagógica. A autora afirma que ainda existe uma visão deturpada sobre o papel da gramática na língua e em seu estudo, impedindo que os alunos ampliem seus conhecimentos sobre leitura, escrita, fala e escuta de textos adequados e relevantes. Com isso, demonstra que as aulas de português com o conteúdo de gramática deixaram de servir para apresentar a um grupo de falantes as possibilidades que a língua pode proporcionar de participar da vida em sociedade.

Antunes (2006) já reforça que o tipo gramatical ainda priorizado nas escolas é o prescritivo, ou normativo, conforme vimos em Possenti (1996). Fato que estudos como o de Pilati et. al. (2019), afirmam que se mantém a despeito dos avanços



científicos na área de ensino de língua. Esse tipo de abordagem, para a autora, faz parecer que o falar e o escrever bem sejam apenas uma questão de estar dentro das normas previstas, sem maiores reflexões sobre o que se diz, como se diz etc. Isso é apontado como prejudicial, pois faz tanto o aluno, quanto o professor, enxergarem a língua sob a perspectiva da correção, ignorando outros aspectos linguísticos relevantes, como os fatos discursivos por exemplo.

Sobre o ensino, Antunes (2006) destaca que é importante delimitar o que são e o que não são regras de gramática, para desmistificar os equívocos que ocorrem em sala de aula. As regras gramaticais, segundo a autora, são aquelas que demonstram como combinar os elementos da língua para produzir determinados efeitos de sentido, como, por exemplo, a colocação pronominal, o uso de crase, as regências verbais e nominais e o emprego dos pronomes relativos. Dentro da sintaxe, especificamente, a autora destaca as regras que ditam a concordância entre os elementos da frase, a forma como o complemento do verbo aparece nas orações, por exemplo.

Essas regras citadas anteriormente são como regras de uso (padrão) da língua, diferentemente do que a autora chama de “questões metalinguísticas de definição e classificação” (Antunes, 2006, p. 87). Essas, por sua vez, pretendem apenas que o aluno saiba nomear e classificar as classes gramaticais da língua, os tipos de sujeito, os tipos de predicado, os tipos de orações coordenadas e subordinadas e assim por diante. Aqui o foco é saber rotular e etiquetar os fatos linguísticos referentes à sintaxe da língua.

Com isso, Antunes (2006) expõe a falácia no resultado da confusão entre o que são efetivamente regras de uso (da língua padrão) e o que são questões metalinguísticas da gramática tradicional, tão presentes na sintaxe prescritiva. A metalinguagem é uma lógica de caráter fechado em si mesma sem contribuição para a reflexão do uso da língua. Esse aspecto metalinguístico é o que caracteriza, sobretudo, a sintaxe na gramática tradicional. Isso quer dizer que, em toda a parte destinada à sintaxe, o foco está nas incansáveis definições e classificações.



Bagno (2002) explica as complicações do trabalho com atividades de sintaxe ancoradas em metalinguagem no ensino de língua materna. Para os autores, basear as aulas de LP apenas na análise morfológica e sintática tem a ver com a herança tradicional do ensino: “Isso significa que o velho estudo da língua que se detinha exclusivamente na análise das palavras e, no máximo, da frase, tem de ser abandonado em favor do ensino-aprendizagem” (Bagno, 2002, p. 54). Tal contribuição é muito importante nesse ponto da discussão, pois comprova que existia uma certa inclinação para centralizar o estudo da gramática, de base normativa, no estudo da morfologia e da sintaxe, sendo uma delas o foco principal deste trabalho, possibilitando criar uma linha direta entre o objeto de análise com o amadurecimento das ideias sobre o que é ensinar língua no mundo atual.

2.2 O ensino de sintaxe

A partir da elucidação de Antunes sobre o que são de fato regras e o que passa a ser adotado como regra gramatical, é necessário compreender como isso se dá dentro da sintaxe, principalmente para explicar conceitos considerados essenciais desse nível linguístico, como o sujeito e o predicado.

Numa sumarização da seção anterior, observa-se que os grandes problemas encontrados na área da sintaxe são excesso de metalinguagem, classificações e circularidade em definições. Vejamos um pouco mais sobre essas questões.

A circularidade que permeia as definições da sintaxe da gramática tradicional é bastante evidente. De acordo com Batista (2019), que fez um levantamento de exemplos em gramáticas normativas conceituadas para compreender esse ciclo infinito de uma determinação sendo jogada para outra sem trazer nenhuma resposta concreta. Em um dos casos, na gramática de Cunha e Cintra (2013, apud. Batista 2019), segundo a autora, o montante de normas não consegue delimitar com precisão o conceito de oração e falha ao explicar que essas orações possuem constituintes, retornando para a confusão ao explicar de fato o que são esses elementos, como o



predicado. Isso, de acordo com Batista (2019), dificulta o trabalho de conceituação por conta da imprecisão causada ao jogar um termo sobre o outro de forma normativa e descontextualizada.

Sobre o excesso de metalinguagem, Antunes (2006) afirma que a gramática aparece no ensino de forma excêntrica, com pontos de vista refinados mas inconsistentes, que se apoiam apenas em regras e casos particulares fora do contexto de uso da língua. Como um dos pontos mais fortes do desenvolvimento da sua crítica, a professora enfatiza como a gramática é voltada para a nomenclatura e classificação de unidades, desenvolvendo unicamente a capacidade de reconhecer as classes e nomeá-las corretamente, descrevendo que na escola ela é “[...] inflexível, petrificada, de uma língua supostamente uniforme e inalterável, irremediavelmente “fixada” num conjunto de regras que, devem se manter a todo custo imutáveis” (Antunes, 2006, p. 32). Isso ocorre, segundo a autora, porque a parte da nomenclatura da língua é a parte imóvel desse conteúdo, ou seja, mais fácil de manusear nas práticas pedagógicas, mesmo que a gramática de uma língua seja muito mais abrangente do que um conjunto de nomes e divisões de classes lexicais.

Segundo Antunes (2006), essa mesma perspectiva metalinguística aparece nos exercícios da sintaxe, ou seja, as tarefas são sempre as de grifar, circular, marcar, classificar, nomear, sem instigar no aluno a buscar o entendimento sobre como são usadas essas normas para a construção de sentidos no texto. Por exemplo, pouco adianta para o estudante saber o que é um sujeito indeterminado, mas é valioso entender que tipos de efeito o sujeito indeterminado pode provocar em textos orais ou escritos. Isso pode ser utilizado, inclusive, para fazer passar inverdades ou esconder fatos relevantes no discurso, mascarando algum problema real, sendo essa uma amostra prática trazida pela estudiosa dos malefícios da pouca reflexão ou domínio sobre esses recursos linguísticos.

3. A sintaxe no livro didático Tecendo Linguagens: língua portuguesa

Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 11, n. 1, 2025. ISSN: 2447-6943

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



3.1 Objeto e passos de análise

O livro didático em foco (Tecendo linguagens: língua portuguesa) foi publicado no ano de 2018 pela editora IBEP e escrito pela mestra em Ciências da Comunicação Tânia Amaral Oliveira e pela mestra em Língua Portuguesa Lucy Aparecida Melo de Araújo, ambas formadas em letras pela USP. O material que se destina ao sétimo ano do ensino fundamental para a disciplina de Língua Portuguesa, foi selecionado pelo edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2019 e distribuído a partir de 2020, utilizado, à princípio, até o ano de 2023.

A respeito do recorte teórico, será analisada uma seção da obra que trata dos conteúdos básicos de sintaxe – frase, oração, sujeito, predicado - encontrada logo no primeiro capítulo.

Quanto aos critérios, serão adotados três³ principais: a concepção de gramática presente nos conteúdos e atividades (prescritiva, descritiva ou baseada na gramática internalizada), a coerência dos conceitos apresentados avaliando possíveis inconsistências teóricas, e o nível de reflexão linguística proposto, distinguindo entre abordagens puramente metalinguísticas e aquelas que promovem uma reflexão mais aprofundada.

3.2 Descrição e análise

Adentrando ao conteúdo apresentado, a seção do livro que trata sobre sujeito e predicado (oração) aparece abaixo do subtítulo “Reflexão sobre o uso da língua” (Oliveira; Araújo, 2018, p. 46), demonstrando um título adequado, contemporâneo e, portanto, aparentemente de acordo com os fundamentos teóricos que subjazem o ensino linguístico na atualidade previstos nos PCNs.

³ É importante destacar que esses três critérios de análise não seguem necessariamente uma ordem linear de discussão.



Entretanto, em seguida do título sugestivo, o objeto se revela de forma mecânica e artificial, totalmente em desacordo com o que aparentemente se “prega”.

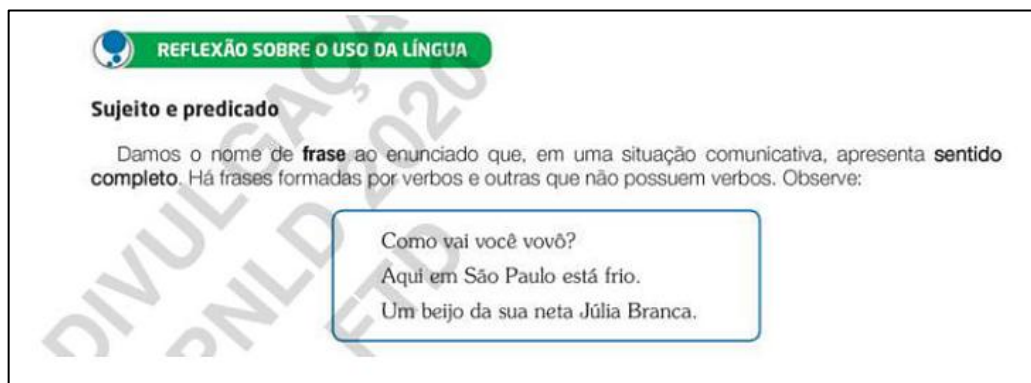


Figura 1. Reflexão sobre o uso da língua.

Fonte: Oliveira, Araújo (2018, p. 46).

Na sequência, Figura 2, aparece o trecho trazendo um prefácio para o conteúdo geral da sintaxe propriamente dita, o estudo das sentenças.

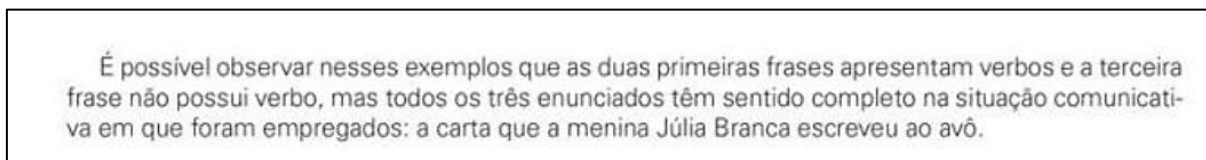


Figura 2. Frase e sentido completo

Fonte: Oliveira, Araújo (2018, p. 47)

Compreende-se que o autor retoma, inicialmente, antes de adentrar em sujeito e predicado, as noções de frases verbais e não-verbais. Nessa pequena introdução, é enfatizado ao aluno dois conceitos gramaticais fundamentais, a definição de frase e o destaque do sentido completo, que é de grande importância para caracterizar uma sentença. A pequena definição pode auxiliar o aluno e o introduzir ao mundo da sintaxe, mas certamente, não é suficiente para a exploração de tantas outras questões envolvidas no processo de formação de uma frase. Ao fazer esse tipo de sinalização

reduzitiva, para apresentar outro conteúdo mais complexo em seguida, o material traz, apesar do título sugestivo, uma concepção de gramática prescritiva tradicional.

Com apenas essa definição, o leitor acaba sendo alienado em uma visão muito pequena do que é uma frase e que uma das únicas categorias recursivas é se ela pode ou não conter verbos. Sabemos que as frases não contam com dispositivos auxiliares tão limitados, afinal, elas também podem ser compostas por apenas uma única palavra e também podem cumprir várias intenções comunicativas, como: uma afirmação, interrogação, negação, exclamação ou ser optativa. Além disso, o exemplo utilizado para ilustrar um conjunto de frases pode ser inadequado, corroborando o apontado em Antunes (2006), que demonstra a importância dos textos abordados no ensino de gramática serem contextualizados.

As frases usadas como exemplo, na verdade, foram retiradas da seção anterior do livro, nas páginas 40 e 41. Trata-se de um trecho literário da obra “Foi! Não Foi! Foi” da autora Luzia Lacerda publicada em 2004 pela editora Record sendo utilizado como exemplo de carta pessoal, o gênero textual abordado na seção anterior do manual. Logo, apesar de pertencerem a um texto, foram retomadas de forma fragmentada, isolada, sem a possibilidade de possíveis relações com trechos anteriores ou posteriores. É válida a tentativa de mesclar disciplinas dentro da área da linguagem e oferecer aos alunos um novo olhar sobre a fruição estética da literatura com base na gramática, entretanto isso não foi feito da maneira mais apropriada.

Nesse cenário, o exemplo textual, da forma como foi apresentado, não conta com ao menos uma indicação prévia da leitura sobre o gênero que se refere ou com uma retomada do conteúdo que estava sendo trabalhado. As novas regras apresentadas também não contribuem para a construção de novos significados a partir da leitura desse pequeno trecho. Dessa forma, a aula de gramática precisaria ter uma grande suspensão dos seus objetivos para situar os alunos sobre o texto que está sendo utilizado para ensinar os novos conceitos, afinal ele é replicado no decorrer da seção inteira.



Mesmo não contextualizando o aluno de forma completa sobre o conceito de frase, o texto seguinte aborda a questão das orações, outra noção importante para o campo de conhecimento em evidência:

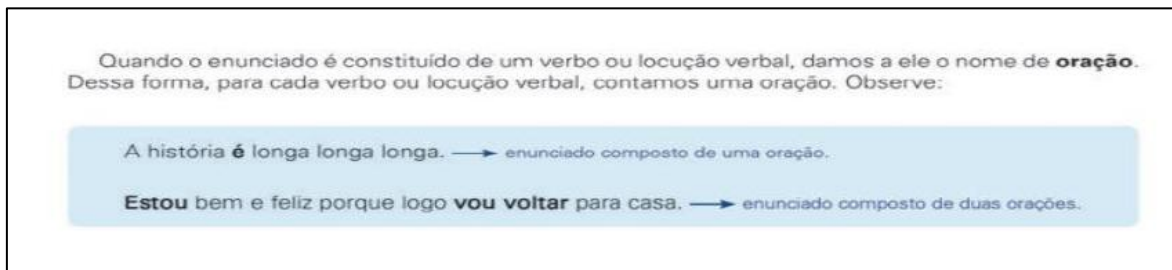


Figura 3. O que é oração

Fonte: Oliveira, Araújo (2018, p. 47)

Nesse excerto é possível notar que existe um grande amparo de outros conteúdos gramaticais em um subplano, presente na utilização dos conceitos de verbo e locução verbal. Para alunos do sétimo ano, que estão começando a olhar para essas relações que o verbo tem dentro da oração (de acordo com a prescrição da BNCC (2018)⁴) uma breve contextualização do conteúdo como essa, além de ser circular é insuficiente. Para compreender esse conceito de definição circular é importante lembrar o abordado em Batista (2013), em que muitas vezes uma definição gramatical lança ao aluno outra terminologia que talvez ele não saiba o que significa, tentando dar conta de explicar um novo conceito.

Ou seja, nesse caso, para que o aluno captasse os preceitos dados sobre a oração, é preciso estar bem claro o que seria uma locução verbal, ficando a cargo do professor contextualizar essa questão e a diferença da oração para a frase, que não fica explícita, pois o livro neste momento não traça um comparativo, apenas apresenta as duas coisas separadamente. No entanto, lembrando Possenti (1996), no segundo caso de oração que foi ilustrado, podemos perceber a normalização de uma regra gramatical mais descritiva que normativa, uma vez que a locução verbal vou

⁴ (EF03LP08) Reconhecer, em textos, o verbo como o núcleo das orações [...] (EF07LP05) Identificar, em orações de textos lidos ou de produção própria, verbos de predicação completa e incompleta: intransitivos e transitivos. (BRASIL, 2018, p. 171).



voltar, não tem espaço na gramática normativa. Trazendo, dessa forma, uma visão menos focada na norma culta e extremamente rígida, utilizando uma construção mais comum na oralidade e próxima dos alunos.

Após as breves linhas de contextualização do conteúdo, o LD propõe uma lista de atividades, como se houvesse extraído teórica e reflexivamente tudo o que podia do que estava explicando e fornecendo ao aluno condições para resolvê-la. Vejamos a primeira questão:

1. Leia os enunciados a seguir, extraídos da carta que Júlia Branca escreveu ao avô.

O meu amigo não está na escola.

Ela tem feito muita comida deliciosa?

A história é longa longa longa.

Espero uma resposta sua e a sua ajuda para esse nosso assunto "soslão".

a) Podemos afirmar que todos esses enunciados constituem orações? Por quê?
Sim, porque se estruturam em torno de um verbo ou de uma locução verbal.

b) Identifique e transcreva as formas verbais de cada uma das orações apresentadas.
As formas verbais são: está, tem feito, é e espero.

c) Localize "a quem" ou "a que" se refere a informação expressa pelas formas verbais que você encontrou. Reproduza o quadro a seguir e preencha-o, conforme o modelo.

SOBRE "QUEM" OU "O QUE" SE INFORMA ALGO	O QUE SE INFORMA
O meu amigo (amigo de Júlia Branca)	não está na escola.

Figura 4. Exercício 1

Fonte: Oliveira, Araújo (2018, p. 47)

O exercício número 1 inicia retomando frases soltas da carta lida na seção anterior. A primeira questão consiste em um teste para saber se a leitura do anterior foi feita de maneira atenta, servindo basicamente para que o aluno identifique se em cada frase tem a presença de um verbo, constituindo assim uma oração. Esse tipo de questão, de acordo com Antunes (2006) e Mendonça (2006), é um dos mais comuns do modelo tradicional de ensino de gramática, pois está pedindo para que o aluno apenas identifique um aspecto gramatical dentro do texto sem maiores reflexões a

partir disso. O surpreendente é que não bastando a primeira questão, o mesmo método de resolução é repetido na segunda, em que aparece a palavra “identifique” explicitamente, uma grande herança do ensino normativo e metalinguístico conforme as autoras e, também, visto em Possenti (1996).

A terceira questão do exercício não se trata de algo inovador em relação ao que foi visto até aqui. Ela solicita que o aluno localize (sendo novamente tradicional e normativo) as informações que ajudarão a completar uma tabela. Isso caracteriza a atividade como mecânica, metalinguística e descontextualizada do texto em si, afinal o próprio exercício utiliza frases isoladas. Apesar disso, na última questão, parece que foi utilizada uma estratégia para fazer com que o aluno trabalhe com a noção de sujeito e predicado, antes mesmo de situar sobre o que se trata. Sendo o a que se fala o sujeito e o que se fala a noção de predicado. Uma das únicas coisas positivas a respeito dessa questão é que ela contempla exemplos do sujeito nulo com o uso do verbo na primeira pessoa utilizado no último exemplo, auxiliando a apresentar essa noção que às vezes pode ser nebulosa em um primeiro momento.

O exercício, em geral, segue à risca os preceitos do ensino normativo de gramática, que até então é o mais utilizado no livro didático. Por meio de atividades, o material se lança a um caminho na tentativa de realizar uma espécie de aprendizado na prática sobre o que vai ser dito adiante. Apesar dessa tentativa, isso se dá de forma superficial e metalinguística, descolada do uso real, sem pensar nos propósitos em compreender essas estruturas e porquê as palavras ocupam tal lugar na oração. Existe, portanto, uma singela busca em promover uma reflexão linguística, mesmo não trabalhando com o gênero textual muito menos nos efeitos que o entendimento dessas regras possam causar nas intenções comunicativas.

Sendo assim, é possível afirmar que o exercício pouco auxilia o aluno na reflexão sobre a construção de uma oração. O método de resolução na última questão não visa entender a posição de cada elemento da frase e como se constitui a oração por meio das clássicas perguntas para localizar sujeito e/ou predicado. Por fim, toda a noção de gramática que permeia o material está ancorada num conjunto de regras a serem seguidas, típicas da gramática normativa prescritiva.



4. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi olhar para o ensino de gramática – sintaxe | noções básicas - de forma crítica e despida de qualquer conservadorismo sobre o assunto. Buscou-se analisar como a sintaxe introdutória vem sendo tratada em livros didáticos, por meio da análise específica da obra *Tecendo linguagens: língua portuguesa do sétimo ano*. Isso justifica-se devido ao fato de a sintaxe constituir a maior parte dos manuais de gramática ou das seções de gramática de manuais didáticos.

É claro que, o ensino de sintaxe vai além das páginas de um livro didático, no entanto, é necessário observar como esse ensino acontece dentro desse suporte. Primeiramente, por conta dos decretos e ações governamentais para distribuir livros didáticos de qualidade, de forma gratuita e que corrobore com os preceitos de ensino inovadores da BNCC (Brasil, 2018), através do PNLD (Brasil, 2017). Em segundo plano, é preciso levar em conta a realidade dos professores de LP na educação básica. Muitas vezes, os docentes utilizam esses materiais de forma dependente por conta de um cenário de desvalorização da profissão e desigualdade social.

Em vista das conclusões obtidas na análise, é fundamental pensar em propostas futuras que possam auxiliar na avaliação do professor a partir dos livros didáticos. É necessário esclarecer que esse trabalho não se propõe a sanar todos os problemas a respeito do tema e muito menos esgotá-los, entretanto, reconhecer tais possibilidades pode ser uma maneira inspiradora de iniciar um debate que busque um estudo mais dedicado ao sujeito.

Referências

ANTUNES, I. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola editorial, 2003.

ARAÚJO, M. A. L; OLIVEIRA, T. A. **Tecendo linguagens: língua portuguesa: 7. ano**. Barueri: IBEP, 2018.

Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 11, n. 1, 2025. ISSN: 2447-6943

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada.

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



BAGNO, M; STUBBS, M; GAGNÉ, G. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BATISTA, R, V. **O sujeito e o predicado nas gramáticas tradicionais, no livro didático e na aprendizagem linguística ativa**. 2019. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Especialização em Gramática da Língua Portuguesa: Reflexão e Ensino, Ufmg, Belo Horizonte, 2019.

BEZERRA, M. A.; REINALDO, M. A. **Análise Linguística: afinal, a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, D.F., 19 de jul. 2017. Seção 1, p. 7.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018.

DUARTE, L. J. A. ENSINO DE GRAMÁTICA NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEXTO ATUAL. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 79, n. 27, p. 570-584, jun. 2021.

FOLTRAN, M. J; KNOPFLE, A; CARREIRA, M. A Gramática como Descoberta. **Revista Diadorim**. Programa de Pos-Graduação em Letras Vernáculas - PPGLEV, v. 19, n. 2, p. 27-47, 29 dez. 2017.

GERALDI, J. W. et al. **O texto na sala de aula**. Cascavel: Assoeste, 1984. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 11, n. 1, 2025. ISSN: 2447-6943** Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

GOMES, A. R.; SOUZA, S. O ensino de gramática e as articulações teórico-metodológicas da prática de análise linguística. **Working Papers em Linguística**, v. 18, n. 2, p. 50-68, 2017.

MALFACINI, A. C. S. Breve histórico do ensino de língua portuguesa no Brasil: da Reforma Pombalina ao uso de materiais didáticos apostilados. **IDIOMA**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 45-59, 2015.

MIOTO, C; SILVA, M. C. F; LOPES, R. E. V. **Novo manual de sintaxe**. Florianópolis: Insular, 3. ed. 2007. PILATI, E.; REIGOTA NAVES, R.; GUERRA VICENTE, H.; SALLES, H. Educação linguística e ensino de gramática na educação básica. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 14, n. 2, p. 395-425, 13 mar. 2019.

Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 11, n. 1, 2025. ISSN: 2447-6943

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

RIBEIRO, F. R; LEGROSKI, M. C. Gramáticas revisitadas: a noção de sujeito. in: encontro anual de iniciação científica, 26, 2017, Ponta Grossa. **Anais do encontro de Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa**. 2017. Disponível em: https://siseve.apps.uepg.br/storage/eaic2017/15_Franciaele_Renata_Ribeiro-150534074921205.pdf. Acesso em: 09 nov. 2022.

RUTIQUEWISKI, A. et. al. A prática de análise linguística/semiótica na Base Nacional Comum Curricular: pontos e pespontos. In: RUTIQUEWISKI, A.; SOUZA, S. **Ensino de Língua Portuguesa e Base Nacional Comum Curricular: Propostas e Desafios (BNCC – Ensino Fundamental II)**. Campinas: Mercado de Letras, 2020.

